



ASTAPE



Fala Presidente

Genobre Gomes Lima



Auditoria Cidadã da Dívida em palestra na AEPET-BA

28 Novembro Escrito por Eluzai Evangelista Ribeiro Lido 18 vezes face-homem. No dia 21 de novembro a AEPET BA, juntamente com o Movimento Soberania Brasil e a Auditoria Cidadã da Dívida, promoveram uma palestra sobre a Dívida Pública com a auditora, Maria Lucia Fattorelli. A palestrante possui graduação em administração, ciências contábeis com especialização em administração tributária. Atualmente é coordenadora da entidade Auditoria Cidadã da Dívida, sediada em Brasília. Já proferiu palestras sobre o tema em 20 estados do Brasil e em ambientes oficiais da América do Sul e do exterior. É atribuída à dívida pública o centro do problema do Brasil.

São destacados os seguintes pontos da Palestra:

O Brasil é a nona economia mundial com reservas internacionais de US\$ 374 bilhões, com grandes reservas de minerais, combustíveis fósseis, água potável, grande área agriculturável, clima favorável e alto potencial energético, industrial e comercial. No entanto, no período

de 2015 a 2018, passa por uma crise de desindustrialização, queda na atividade comercial e desemprego com encolhimento do PIB, acelerada dívida pública resultando em uma crise fiscal sem precedentes.

A separação de uma realidade de abundância com o cenário de escassez é devido a um modelo econômico concentrador de riquezas, uma política econômica inadequada e um regime fiscal regressivo. A utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos não é para o financiamento dos Estados, o sistema financeiro é o grande beneficiário. O sistema da dívida exige, continuamente, um ajuste fiscal, privatizações e reformas trabalhistas, previdenciárias e tributárias. De 1995 a 2014, houve a geração de R\$ 1 trilhão de superávit primário e, apesar disso, a dívida interna aumentou de R\$89 bilhões para quase R\$4 trilhões.

O cenário pós-eleições 2018, remete a um aprofundamento dos privilégios financeiros com graves

consequências sociais, devido aos projetos em andamento no congresso, como: reforma da previdência, com a transferência da segurança da classe trabalhadora para o sistema financeiro; desvio do fluxo da arrecadação; remuneração da sobra de caixa dos bancos; cessão do petróleo do pré-sal e privatizações. O grande capital já não quer “apenas” os juros da dívida, mas se apodera diretamente da arrecadação, petróleo e outras riquezas naturais.

O orçamento federal pago em 2017 foi de R\$ 2,483 trilhões, sendo que 39,7 % foram o pagamento de juros e amortização da dívida. Como agravante: foram computado juros como se fossem amortizações, portanto, uma mega pedalada institucional.

A Emenda Constitucional 95, chamada de PEC do Teto instituiu novo regime fiscal para vigorar por vinte anos, estabeleceu teto somente para as despesas primárias, que ficarão disputando recursos sob esse teto durante 20 anos. As despesas financeiras, que já consomem quase a metade do orçamento federal todo ano, ficarão com toda a sobra de recursos. Um claro privilégio ao setor financeiro.

O Projeto de Lei parlamentar, PLP 450/2017, tem o objetivo de “legalizar”: devio de recursos arrecadados dos contribuintes, contratação irregular da dívida Pública, comprometimento do estado em pagar vultuosas indenizações, etc., com graves prejuízos financeiros aos cofres públicos.

Há, também, dívidas geradas por mecanismos financeiros, como: transformações de dívidas do setor privado em dívidas públicas, elevadíssimas taxas de juros, contabilização de juros como se fossem amortizações, emissão excessiva de títulos e a ilegal prática do anatocismo - incidência contínua de juros sobre juros. Novamente, se nota claramente que há prejuízos para o Banco Central

O custo da política monetária fabricou a “crise” em 2015, com juros elevadíssimos (14,25%) sobre R\$ 4 trilhões, prejuízos com Swap Cambial de R\$ 90 bilhões Emissão excessiva (R\$480 bi) de títulos da dívida interna, remuneração da sobra de caixa dos bancos de R\$1 Trilhão. Resultado: a Dívida Interna cresceu R\$ 732 bilhões em 11 meses, ante um Investimento federal de R\$ 9,6 bilhões. É por estas razões, que o lucro dos bancos não para de crescer: em 2002 era de R\$ 20 bilhões, chegou em 2017 a quase R\$ 96 bilhões.

O Brasil, apesar de ser a 9ª a economia mundial, tem a pior distribuição de renda do mundo, segundo <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>. O país detém a 79ª posição no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – empatado com a Ilha Granada (área territorial de 344 km², população estimada em 110 mil habitantes, produz noz-moscada). É o penúltimo no ranking da Educação entre 40 países pelo Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais.

Eluzai Evangelista Ribeiro é presidente da Aepet Bahia

CONGRESSO NACIONAL FACILITANDO A VIDA DA CONCORRÊNCIA

Senado poderá retirar da Petrobrás até 70% da Cessão Onerosa e viabilizar o Leilão do excedente, tudo em favor das petrolíferas internacionais.

De acordo com as recentes declarações divulgadas por veículos de imprensa, da parte do presidente do Senado, Eunício Oliveira, nos próximos dias (talvez nesta quarta) deverá ocorrer a votação do substitutivo do projeto de venda de até 70% da Cessão Onerosa. O texto é apresentado como um “acerto de contas” entre a União e a Petrobrás, decorrente da capitalização da companhia ocorrida em 2010. Com a aprovação de mais esta pilhagem aos recursos brasileiros, será possível viabilizar a licitação do volume de óleo excedente da Cessão Onerosa, através da qual se diz poder arrecadar “pelo menos R\$ 100 bilhões: um reforço precioso aos cofres públicos”. Como, tradicionalmente, as aprovações de projetos polêmicos se dão na base do “toma-lá-dá-cá”, já se debate a possibilidade de que os recursos do leilão do excedente venham a ser repartidos

com os governos estaduais e municipais, de acordo com os parâmetros constitucionais para os repasses obrigatórios da arrecadação de impostos. É o conhecido embuste de usar “motivos nobres” para legitimar crimes de lesa pátria em favor de poderosos interesses privados internacionais. O discurso dominante defende os argumentos falaciosos de que a Petrobras não teria condições de explorar sozinha a parte do óleo que lhe cabe na Cessão Onerosa, posição igualmente defendida pela gestão da empresa. Também se usa do discurso do “país falido” para justificar o leilão do excedente, como se o Brasil não ganhasse muito mais com a exploração bem planejada deste recurso através da Petrobrás. Chega-se ao absurdo de promover uma visão de que o petróleo é quase um recurso inútil que deve ser explorado com urgência antes que valha nada. Porém, mesmo

com o crescimento das fontes renováveis de energia, o petróleo está longe de ser um recurso obsoleto, dada sua ainda inigualável capacidade de geração de energia, além dos inúmeros usos desde como fertilizante, passando pelo vasto espectro da petroquímica. O fato é que mundo afora as majors do petróleo promovem guerras e destabilizações políticas em países detentores de consideráveis reservas de petróleo, uma vez que perderam muito com o movimento de estatização do controle destas reservas. Infe-

lizmente, no Brasil, contando com a boa vontade de políticos corruptos e a prontidão de uma imprensa vendida, forjam legislações que lhes são favoráveis sem necessidade de disparar um tiro. Apesar dos clamores da população por uma mudança no governo, a nova equipe recém eleita já mostrou que não está do lado dos reais interesses da população brasileira. O fato de estar retomando a votação deste projeto de pilhagem no Senado ainda neste ano, deixa bem claro a quem servirá o novo governo. Boletim Sindipetro/RJ

COMUNICADO DA ASTAPE PARA OS ASSOCIADOS ANISTIADOS POLÍTICOS E PENSIONISTAS RECADASTRAMENTO MPOG/2018

**O RECADASTRAMENTO É NO BANCO, É
OBRIGATÓRIO E ANUAL,
SEMPRE NO MÊS DO SEU ANIVERSÁRIO.**

A partir de agora, o ato de recadastramento anual dos servidores públicos aposentados, dos pensionistas e dos anistiados políticos que recebem pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) passará a ser feito em qualquer agência da instituição bancária onde lhe é pago o provento ou benefício. Agora, além das agências do Banco do Brasil e da Caixa, outras oito instituições estão credenciadas. São estas: Santander, Banrisul, Bradesco, Itaú, Banese, Cecoopes, Sicredi e Bancoob. Quem recebe por elas, deverá procurar qualquer de suas agências para fazer o recadastramento. O modelo do recadastramento permanece o mesmo. O servidor aposentado, o pensionista ou o anistiado político deve comparecer pessoalmente ao banco no mês do seu aniversário, portando documento oficial de identificação, com foto, e CPF (RG, Carteira Nacional de Habilitação). Quem estiver impossibilitado de comparecer a uma agência bancária deve entrar em contato com a unidade de recursos humanos à qual está vinculado, para receber orientações de como realizar a prova de vida.

O objetivo do Governo Federal é garantir o correto pagamento do benefício.

DÚVIDAS FREQUENTES

Se você é aposentado ou pensionista do Governo Federal, ou ainda anistiado político civil, faça seu recadastramento. O recadastramento é no banco, é obrigatório e anual, sempre no mês do seu aniversário.

PETROBRAS/AMS tem novo padrão para beneficiários que pagam contribuições por boleto bancário

Em adequação às disposições da Lei 9656/98 (artigo 13, inciso II), a AMS promoveu alterações nas normas vigentes de forma a delimitar um período para que o beneficiário inadimplente mantenha o direito de retornar à AMS mediante quitação integral dos débitos.

A previsão normativa já indicava a suspensão do benefício, em caso de inadimplência, em um período superior a 60 dias, consecutivos ou não. Com esta alteração, caso o boleto em aberto não seja pago em um prazo máximo de 90 dias após a suspensão do benefício, o beneficiário e seus dependentes perderão definitivamente o direito de retornarem à AMS.

Vale ressaltar que o prazo definido para a suspensão definitiva é mais extenso que o disposto na legislação em referência, já que a Agência Nacional de Saúde permite a rescisão unilateral do contrato por não-pagamento da mensalidade por período superior a 60 dias. No caso da AMS, o contrato só será rescindido após 90 dias da data de suspensão.

PAPO RETO 4

1) O famoso cineasta norte-americano, Oliver Stone, autor e roteirista, ganhador de vários Oscars em Hollywood, recentemente enviou um vídeo através das redes sociais onde ele demonstra decepção com a situação política no Brasil, e nos indica resistir a esses governos entreguistas e que os ataques aos movimentos sociais são iminentes, que todo sistema brasileiro está sendo controlado pelos E.U.A. e por seus colaboradores daqui. Será que ele está preocupado à toa?

2) De acordo com o editorial do nosso jornal de novembro, a **PETROBRAS** é a empresa que

mais descobriu petróleo neste início de século. Ora, com o parque de refino que temos, chegaríamos à autossuficiência total em pouco tempo, tanto na exploração, quanto na produção de derivados de petróleo, como gasolina, diesel, gás de cozinha e GNV. Isto significa soberania do Brasil perante o mundo. Justamente agora eles estão resolveram acabar com a Petrobras. Não parece um dever de casa, entregar as riquezas de bandeja para o estrangeiro, ou não quer a independência desse país?

3) Observem que estranho, o trabalhador alcançava a estabilidade no emprego após dez anos traba-

lhado, aí veio o **FGTS** para acabar com esse “privilegio”, aí eles criaram os Fundos de Pensões e tudo parecia resolvido. Agora os Fundos de Pensões estão com problemas financeiros, que não foram criados pelos trabalhadores. Qual a solução que apontam então? “Transformem todos fundos de Pensão de “Benefício Definido (BD) em Contribuição Definida (CD), será que é para nos beneficiar? Ou temos razões para desconfiar?”

4) A ANP agora quer saber por que a **PETROBRAS** reduz os preços dos derivados nas refinarias e os preços dos combustíveis nunca abaixam na hora de pagar lá no Posto. Aqui pra nós isso é novidade ou temos de ser doutores para

saber o que acontece?

5) A direção da **ASTAPE/RJ** gostaria que a Direção da **FENASPE** cumprisse as obrigações recíprocas para com as suas afiliadas, referente aos compromissos protocolados das assembleias, cuja data em 03/10/2018, quando anunciadas os desacordos com o artigo 20 parágrafo único e artigo 21, parágrafo 1º do processo eleitoral, na qual constatamos a data das eleições da **FENASPE**. Lamentamos não merecer o retorno das indagações, cuja entidade e Diretoria que tem compromissos com seus associados, quando sabemos que tudo começa pelo respeito e a diretoria da **ASTAPE/RJ**, exige essa reciprocidade.

ASTAPE/RJ

A IMPORTÂNCIA DA LEI 10.639

Em 09 de Janeiro de 2003 foi promulgada a Lei 10.639 que estabelece a obrigação de se ensinar nas escolas a História e Cultura Afro-Brasileira. O objetivo dessa lei é combater o racismo em nossa sociedade através da educação, visto que em nossa educação existe uma supervalorização da história e cultura branco-europeia em detrimento das africanas e ameríndias. Se conseguíssemos implantar de fato essa lei teríamos uma desconstrução dos preconceitos difundidos na sociedade brasileira, utilizando a educação como ferramenta para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Conhecer a nossa história nos permite compreender como o racismo funciona no país, permitindo combatê-lo, além de valorizar a cultura negra tirando-a do lugar de folclore. Para, além disso, a implantação dessa lei literalmente salva vidas, pois uma educação onde o indivíduo se vê positivamente o estimula o frequentar a escola, e

segundo um estudo do IPEA a cada 1% a mais de jovens nas escolas os homicídios caem 2%, ou seja, se tivermos uma escola onde a população negra se enxergue positivamente isso irá diminuir o número de jovens negros assassinados. Porém o que vivenciamos é a atuação do racismo estrutural impedindo a implantação dessa lei de diversas formas, uma das mais cruéis é o “SEM PARTIDO”, pois tenta impedir a difusão do conhecimento científico e submeter à educação a uma censura moral dos conservadores. O próximo período nos trará muitos desafios, pois teremos um governo abertamente racista, precisamos defender as nossas conquistas e essa lei é fundamental para o combate do racismo. Temos o dever de vincular a defesa da Lei 10.639, com a defesa das cotas raciais nas universidades e concursos públicos, com o combate ao extermínio da juventude de negra e com a luta contra o projeto escola sem partido. Boletim Sindipetro/RJ

INTOLERÂNCIA POLÍTICA

Os assassinatos da vereadora Marielle Franco e de seu assistente Anderson, mortos a tiros no dia 14 de março de 2018, na região central do Rio, e a morte brutal, em Salvador, no 7 de outubro, de Mestre Moa do Katendê, assassinado por 12 facadas após uma discussão política, mostram o quanto, atualmente, o debate político no Brasil reflete o discurso de intolerância que marcou as últimas eleições. Essa relação se confirma quando um candidato a governador de estado e candidatos ao legislativo exibem como troféu a retirada de uma placa de rua alusiva a Marielle Franco, como aconteceu na campanha eleitoral do Rio de Janeiro. Os personagens do espetáculo danresco foram o candidato ao governo do Rio, Wilson Witsel, e os seus colegas candidatos do PSL, o policial militar Daniel Silveira e o advogado Rodrigo Amorim, hoje eleitos, respectivamente deputado federal e deputado estadual, conforme vídeo postado em redes sociais e em que foi assumida a ação. Os três alegaram na época que

a placa, por esconder o nome de uma praça, representava uma depredação do patrimônio público, mas na verdade a homenagem foi no local que Marielle morreu e foi votada na câmara de vereadores com quase unanimidade dos votos. Já o mestre de Capoeira, Moa do Katendê, morreu por crime de opinião ao declarar que não votou no presidente eleito Jair Bolsonaro. A vereadora Marielle Franco e Moa do Katendê eram reconhecidos ativistas ligados também à luta da igualdade racial no Brasil. A morte de ambos, por suas representatividades, configura-se igualmente um atentado contra a luta dos negros brasileiros por maior representatividade e participação na política do país. Por isso, a impunidade do caso Marielle e Anderson e a forma como Mestre Moa do Katendê foi assassinado marcam o mês da Consciência Negra, e representam que ainda há muito que se fazer na resistência contra aqueles que não respeitam a luta do povo negro no Brasil, e suas merecidas reparações históricas. Boletim Sindipetro/RJ

Aniversariantes mês de DEZEMBRO

Amaro Rangel	27/12/2018
Ambrosio Clemente	06/12/2018
André Luis Ormond Barbosa	19/12/2018
Armando Antunes	20/12/2018
Avanir Nunes de Oliveira	26/12/2018
Carmelita Alves de Oliveira	21/12/2018
Dejanir Rodrigues Bastos	05/12/2018
Fernando Antonio Souza Santos	02/12/2018
Gedalia Luzia Santos Barbosa	13/12/2018
Hermes Alves de Moura	19/12/2018
Izabel Bernardo Pinto	13/12/2018
Jose Rodrigues da Silva	02/12/2018
Jose Santana	10/12/2018
Juarez Peixoto da Silva	06/12/2018
Jurema dos Santos Penha	28/12/2018
Juvenil Rezende da Silva	27/12/2018
Luiz Sergio Pereira de Barros	17/12/2018
Luzia Santos dos Prazeres	13/12/2018
Maria Carmelita Vieira	31/12/2018
Maria Eluisa Cavalcanti da Silva	02/12/2018
Maria GERALDA Araujo Guilherme	18/12/2018
Maria Jose Costa Brito	30/12/2018
Maria Luiza do Nascimento Souza	14/12/2018
Mauricio Vinicius Trancoso da Silva	18/12/2018
Nicodemus Guedes	30/12/2018
Odilon Lopes Duque	19/12/2018
Sebastiana Estacia de Assis	11/12/2018
Sebastião Jair	10/12/2018
Venina de Almeida Nascimento	22/12/2018
Vera Jeronymo Rumayor	05/12/2018
Yvonne Mencarelli de Souza	07/12/2018

ASTAPE **Jornal da Associação de Aposentados e Anistiados da Petrobras/Estado-RJ**
 Distribuição em todas as unidades da Petrobras e no Estado do Rio de Janeiro e Associados da ASTAPE

DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA

PRESIDENTE Genobre Gomes Lima	2º TESOUREIRO Maurício Fabiano De Castro	1º DIRETOR DE PATRIMÔNIO Djalma De Freitas
VICE-PRESIDENTE Luiz Soares de Oliveira	1º PROCURADOR Nilton Peixoto De Andrade	2º DIRETOR DE PATRIMÔNIO Raimunda Maria Machado
1º SECRETÁRIO Luiz Carlos Martins de Souza	2º PROCURADOR João Carlos Araújo Santos	CONSELHO FISCAL Vergílio Gonçalves
2º SECRETÁRIO Odilon Lopes Duque	1º DIRETOR SOCIAL Maria De N. Costa Freitas	Moacir Ferreira De Lima
1º TESOUREIRO Adelino Ribeiro Chaves	2º DIRETOR SOCIAL Ivan Gomes Barata	Dejanir Rodrigues Bastos
		REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO: Jose Rodrigues da Silva Rosa Maria Paulo Torres

Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, 1995 - Salas 401 ao 404/501/503 - CEP: 25010-001
 Centro - Duque de Caxias - RJ

Telefones: (21) 2671-5263 / 7274 / 2771-1801-Fax: 2672-2848

E-mail: astapecaxias@gmail.com | astape@astape.com.br | Site: www.astape.com.br
 Sede Campestre: Rua A, 290 - Leque Azul - Mauá - Magé - CEP: 25900-000 Tel.: (21) 2631-0810

COMUNICADO IMPORTANTE AOS ASSOCIADOS

A Diretoria da ASTAPE procurando solucionar o problema de Assistência Funeral aos seus associados e preocupados com esta perca assistencial que nos foi imposto, por isso, fechamos novo Aditivo Contratual de Prestação de Serviço de **ASSISTÊNCIA FUNERAL** junto a **RIO PAX** para os novos associados a partir de **OUTUBRO/2018**. Pedimos aos associados(as) que estiverem quites com sua mensalidade junto a **ASTAPE/RJ**, que nos envie o **nome completo**, cópia da **carteira de Identidade e CPF** do seu **CONJUGE (esposo(a), companheiro(a))**.

De acordo com a faixa etária conforme Aditivo contratual o associado(as) poderá incluir seus dependentes, nos enviando cópia dos documentos acima. Aqueles que já fizeram a inclusão de seus dependentes, favor desconsiderar o aviso.

Informamos a todos os Associados(as), os números dos telefones da **ASSISTÊNCIA FUNERAL RIO PAX**, (Central de Atendimento) **08007261100** e **(21) 2187-1100**, (24 horas) **08002825672** e **(21) 2252-1000**.

Maiores informações procurem a ASTAPE.

Atenciosamente.

Duque de Caxias, 10 de Outubro de 2018.

Genobre Gomes Lima - Presidente

COMPOSIÇÃO
PROGRAMAÇÃO VISUAL



Admilson Trajano
99867-7755
www.admilsontrajano.com
admilsontrajano@gmail.com



Feliz Natal e um Ano Novo repleto de boas realizações

“Que o sentido do natal esteja sempre presente em nosso dia a dia e que a esperança seja um objetivo concretizado. No próximo ano que seus sonhos lhe sirvam de inspiração para realizar e sentir que a vida é um presente iluminado que Deus nos deu. Que todos os dias do Ano Novo sejam renovados com a esperança de tempos melhores, que as portas se abram para realização de novos objetivos e projetos, e que seja um ano Prospero para você e sua família. A esperança é que move a vida, por isso Sonhe, Busque, Conquiste e Realize. Feliz Natal e um Prospero Ano Novo.”

São os Sinceros votos de toda Diretoria e funcionários da ASTAPE/RJ.

